

ATA NÚMERO 81/XIII (2.ª) SL
18 de julho de 2017 – 14h00

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata

3. Comunicações do Presidente

4. Audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a requerimento do PCP - 14h00

5. Audição regimental do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - 15h00

6. [Projeto de Lei n.º 486/XIII/2.ª \(PEV\)](#) - Desmaterialização de manuais e de outros materiais escolares

- Redação Final

7. Texto de substituição das iniciativas relativas ao Abandono Escolar

- [Projeto de Resolução n.º 602/XIII/2.ª \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo o combate ao abandono escolar no ensino superior;
- [Projeto de Resolução n.º 696/XIII/2.ª \(PCP\)](#) – Recomenda ao Governo a adoção de medidas para combater o abandono escolar no Ensino Superior;
- [Projeto de Resolução n.º 698/XIII/2.ª \(CDS-PP\)](#) – Recomenda ao Governo que promova medidas de combate ao abandono escolar no Ensino Superior;
- [Projeto de Resolução n.º 699/XIII/2.ª \(PS\)](#) - Recomenda ao Governo um estudo sobre insucesso e abandono no ensino superior, para melhor definição de políticas de combate a esses fenómenos;
- [Projeto de Resolução n.º 707/XIII/2ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo o reforço das medidas de apoio aos estudantes do ensino superior, como forma de combate ao abandono escolar;
- [Projeto de Resolução n.º 709/XIII/2ª \(BE\)](#) – Medidas para o aprofundamento de mecanismos de ação social e de combate ao abandono escolar no ensino superior.

- Redação Final

8. Relatório de atividades do Grupo de Trabalho da Educação Especial referente à 2.ª Sessão Legislativa

- Apreciação e votação

9. Relatórios do Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens referente à 2.ª Sessão Legislativa

- Apreciação e votação do Relatório de Atividades do Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens respeitante à 2.ª Sessão Legislativa;
- Apreciação e votação do Relatório de Execução 2016/2017 da Equipa do Parlamento dos Jovens;
- Escolha de temas para a edição 2017/2018 do Parlamento dos Jovens.

10. Data da próxima reunião

A ponderar

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

Foi determinado aditar à ordem do dia um ponto para aprovação da Redação Final do [Projeto de Resolução n.º 68/XIII/1.ª \(BE\)](#) - Uniformização da aplicação do regime especial de aposentação para educadores de infância e professores do 1º ciclo do ensino básico do ensino público em regime de monodocência que concluíram o magistério primário e de educação de infância em 1975 e 1976, com o consenso dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

A Ordem do Dia, com esta alteração, foi aprovada por unanimidade dos Deputados dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação da ata

As atas das reuniões de 11 e 12 de julho foram aprovadas por unanimidade dos Deputados dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Pedido de audiência

Foi deliberado que a audiência ao Movimento Cívico “Chega de Moradas Falsas”, para expor e tentar encontrar uma solução para a fraude dos falsos encarregados de educação/falsas moradas, fosse presidida por um Deputado piloto do PSD, a indicar posteriormente.

3.2. Conferência sobre ‘European Research Excellence – Impact and Value for Society’

O Presidente da Comissão informou que a Presidência da Estónia do Conselho da União Europeia vai realizar no dia 12 outubro, em Tallin, uma conferência com o objetivo de debater o papel da inovação e da investigação no futuro da sociedade e da economia europeias, juntando legisladores, investigadores, representantes da indústria e outros interessados, para a qual foram convidados os Presidentes da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas e da Comissão de Educação e Ciência, para, querendo, participarem ou designarem Deputado(a) que os substitua.

Manifestou depois interesse em participar, tendo havido acordo em relação a essa participação.

3.3 Relatório de Audiência a Várias Entidades da Língua Gestual Portuguesa realizada pelo Grupo de Trabalho da Educação Especial

O relatório da audiência de várias entidades da Língua Gestual Portuguesa, tendo sido levado a votação, foi aprovado por unanimidade dos Grupos Parlamentares presentes, PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3.4. Relatórios do Grupo de Trabalho sobre o Peso das Mochilas Escolares

Foram distribuídos os Relatórios do Grupo de Trabalho sobre o Peso das Mochilas Escolares, a saber, audição à CONFAP, à CNIPE e à Direção Geral da Saúde, Colégio da Especialidade de Ortopedia, Colégio da Especialidade de Pediatria, tendo os mesmos sido levados a votação a aprovados por unanimidade dos Grupos Parlamentares presentes, PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3.5. Relatório da audiência à delegação da Assembleia Provincial de Guangdong

O relatório da audiência à delegação da Assembleia Provincial de Guangdong foi aprovado por unanimidade dos Deputados dos Grupos Parlamentares presentes, PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3.6. Proposta de orçamento para 2018

O Presidente da Comissão informou que foi solicitado às Comissões que remetam proposta de orçamento para 2018, com dotação não superior à de 2017, 27.763,00€. Indicou ainda que até 30/6/2017 a Comissão teve uma taxa de realização orçamental de 15,1%.

Dado que ainda não está elaborado o Plano de Atividades da Comissão para a 3.ª Sessão, foi consensualizado indicar para o orçamento de 2018 o mesmo valor do ano passado e em setembro, aquando da elaboração do documento acima referido, será reequacionado esse valor, perspetivando-se a sua eventual diminuição.

Foi ainda solicitado que os Grupos Parlamentares e os Grupos de Trabalho remetam contributos para o Plano de Atividades da 3.ª Sessão.

3.7. Eleições para os membros do Conselho Nacional de Educação

Foi informado que foram adiadas para o início da 3.ª Sessão Legislativa as eleições para os membros do Conselho Nacional de Educação.

3.8. Data da 1.ª reunião de setembro

Foi consensualizado que a próxima reunião da Comissão terá lugar no dia 12/9/2017 (3.ª feira), às 15h.

4. Audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a requerimento do PCP - 14h00

O Senhor Presidente cumprimento o Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, e referiu a grelha de tempo das intervenções.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) justificou o requerimento do PCP, referindo que os casos de 2 bolseiros são apenas uma situação e pretendem saber qual a panorâmica global dos bolseiros, tendo ainda defendido que estes bolseiros da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) já respondem a necessidades mais permanentes. Acrescentou que tinham a esperança que a audição do Presidente da Fundação tivesse permitido esclarecer totalmente a situação, mas isso não tinha acontecido.

Pedi depois ao Senhor Ministro que indicasse a interpretação que fazia do regime de exclusividade dos bolseiros e defendeu que entendia que houve discricionariedade nas decisões e que estas podiam pôr em causa a imagem e credibilidade da FCT. Perguntou ainda se havia disponibilidade do Ministério para encontrar com a FCT uma solução para os 2 bolseiros.

O Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior referiu que hoje há uma política de recuperação de recursos humanos, vão ser anunciadas 1.500 novas bolsas e segundo dados da Comissão Europeia, este ano há maior participação de Portugal a nível europeu, sendo reconhecida a importância da FCT, pelo que os resultados são positivos. Informou ainda que em 2015 constituiu um Grupo de Trabalho para análise da atividade da FCT, para ganhar credibilidade nacional e internacional.

Esclareceu depois que solicitou à Inspeção Geral da Educação e Ciência (IGEC) que analise os procedimentos realizados e o cumprimento ou não dos princípios do procedimento administrativo, realçando que a FCT tem de recuperar a credibilidade. Por outro lado, na sequência da receção de uma comunicação do Provedor de Justiça, solicitou à Inspeção que faça inspeções na FCT e nas unidades de investigação, o que não era feito há vários anos.

O Senhor Deputado Duarte Marques (PSD) referiu que o Ministro anuncia mais bolsas, mas as anteriores continuam sem serem pagas. Indicou depois que a audição aos responsáveis da FCT foi desastrosa, perguntou como é que o Ministro tomou conhecimento do processo e salientou que há um tratamento diferenciado de bolseiros.

O Senhor Ministro referiu que a FCT tem conseguido recuperar os atrasos anteriores e já pediu à Inspeção a verificação dos procedimentos. Informou depois que em 2005 64% dos trabalhadores da FCT eram bolseiros, em 2010 aumentou o número de funcionários e diminuiu o número de bolseiros e em 2015 o número de bolseiros aumentou novamente. Entretanto, foi criado o Núcleo de Avaliação com 10-12 bolseiros, prática contestada pelas instituições internacionais. Mais informou que têm estado a desenvolver procedimentos para a credibilização da FCT e os bolseiros não podem fazer avaliações.

O Senhor Deputado Duarte Marques (PSD) realçou que o Senhor Ministro não respondeu a nenhuma das perguntas do PSD.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) pediu mais esclarecimentos sobre os pagamentos das bolsas, saudou os procedimentos desenvolvidos, referiu que o anterior Governo pôs bolseiros a fazerem avaliação de investigação, colocando-os em situação de incompatibilidade e realçou que a FCT indicou que há concursos em que os bolseiros pertencem a equipas de investigação e fazem avaliação de candidaturas. Mencionou ainda que a interpretação foi a mesma para todos os bolseiros ao longo do tempo e defendeu que os bolseiros têm direito a um processo justo.

O Senhor Ministro referiu que todos querem uma FCT mais credível e informou que a mesma é considerada como uma das agências mais eficientes a nível europeu. Indicou ainda que a FCT informou que há 26 processos com um atraso de cerca de 1 mês, em relação a mais de 1.000 bolsas dadas. Informou depois que está a ser recuperado um processo, reconhecendo o trabalho da FCT e salientando que a mesma perdeu credibilidade no processo de avaliação das unidades de investigação desenvolvido em 2013. Referiu depois que está apostado no processo de maior credibilização da FCT.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) referiu que os bolseiros do Núcleo de Avaliação não tomam decisões de avaliação, dão apoio a esta. Indicou depois que a direção da FCT não esclareceu e se verifica a discricionariedade do processo, salientando ainda que a relação da FCT

com os bolseiros não é saudável. A terminar, propôs que se reverta o cancelamento das bolsas dos 2 bolseiros.

O Senhor Ministro informou que pediu ao Inspetor Geral da Educação e Ciência uma inspeção urgente, para depois retirar as conclusões devidas. Referiu também que vão inspecionar a FCT e todas as unidades de investigação. Defendeu ainda que o Estatuto do Bolseiro é importante e há necessidade de inspecionar todas as unidades de investigação, para garantir o cumprimento do Estatuto, devendo ainda ser valorizadas as condições de emprego científico. Propôs também que a FCT deixe de ter bolseiros.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu que o Senhor Ministro tinha dito em novembro de 2015 que os atrasos no pagamento das bolsas eram resultantes da falta de pessoal da FCT. Indicou ainda que os bolseiros continuaram a desenvolver as funções e só terminaram as bolsas depois de acabarem as funções em causa. Perguntou depois se o Senhor Ministro assume a confiança na FCT e se vai reintegrar os bolseiros.

O Senhor Ministro respondeu que mantém a confiança política no Presidente da FCT, até a Inspeção Geral da Educação e Ciência mostrar algo em contrário e indicou que solicitou a inspeção na sequência das questões levantadas na audição dos responsáveis da FCT na Comissão de Educação e Ciência. Informou depois que a FCT cumpriu cativações orçamentais, para garantir constrangimentos externos e no restante a sua execução foi total.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) questionou se os bolseiros tiveram acesso ao Provedor do Bolseiro, discordou da utilização do Estatuto do Bolseiro para responder a necessidades permanentes e perguntou se o Senhor Ministro se comprometia a tomar medidas na sequência da inspeção desencadeada. Por último, realçou ainda a necessidade de se clarificarem as questões da exclusividade prevista no Estatuto.

O Senhor Ministro garantiu que tirará todas as ilações políticas do relatório da inspeção. Referiu depois que a interpretação do Estatuto do Bolseiro é clara e que em período de constrangimentos houve abusos de aplicação do mesmo, usando os bolseiros para funções permanentes. A terminar, referiu ainda que enviará todos os processos ao Provedor do Bolseiro.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#).

5. Audição regimental do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - 15h00

O Senhor Presidente cumprimentou novamente o Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, e lembrou a grelha de tempo das intervenções.

A iniciar a primeira ronda de perguntas interveio a Senhora Deputada Odete João (PS), pedindo um balanço do ano e referindo a diminuição da utilização do regime de bolseiro e o combate à

precariedade. Referiu depois que há vozes da academia com declarações de desacordo em relação ao [Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto](#), que aprova um regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento, tendo solicitado comentários sobre a matéria. Questionou ainda a valorização dos Institutos Politécnicos, a relevância do papel dos mesmos, os cursos de curta duração, a ligação de alguns, como o de Leiria, à indústria e o pagamento de bolsas pela mesma, a avaliação que era feita do programa de modernização dos Politécnicos e a evolução prevista para o próximo ano.

O Senhor Ministro defendeu a abertura da base social das candidaturas ao ensino superior, a importância de reforçar os Politécnicos, a política científica baseada na diversidade, deu vários exemplos de projetos desenvolvidos pelos mesmos, realçou o aumento do seu reconhecimento e informou que há mais de 11.000 estudantes em formações curtas. Referiu também o início de licenciaturas em parceria por vários Politécnicos e realçou as novas regras de avaliação e participação dos Politécnicos como unidades de investigação.

A Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD) colocou várias perguntas, nomeadamente, se o Senhor Ministro garantia que as instituições tinham garantias, com o reforço das dotações, se estava salvaguardado o financiamento da FCT previsto na norma transitória, se mantinha as garantias de recrutamento de mais 5.000 investigadores em 2019, previstas nos contratos de legislatura e o reforço da ideia do regime fundacional. A terminar, pediu explicações sobre o atraso nas bolsas, referindo que quase 500 bolseiros estão sem contrato assinado.

O Senhor Ministro informou que em 2014 a taxa de sucesso dos concursos da FCT foi de 12%, com a atribuição de 800 novas bolsas, enquanto em 2016 ultrapassou 30% e respeita a 1.290 bolsas. Referiu ainda que só há atrasos em 25 bolsas e o atraso é inferior a 1 mês. Indicou também que houve uma retoma clara na procura do ensino superior e aumentou o número de bolsas de ação social, tendo realçado várias atividades desenvolvidas.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) referiu que vão requerer as conclusões da inspeção da IGEC. Em relação ao combate à precariedade, referiu que a Assembleia da República melhorou o [Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto](#), no âmbito da apreciação parlamentar. Indicou ainda que muitas instituições querem manter a precariedade e deu o exemplo da Universidade de Coimbra, que dá indicações tendo em conta a hipótese de passar a ser uma Fundação.

O Senhor Ministro referiu que o Decreto-Lei em causa é a lei vigente, visa o combate à precariedade e exige uma mudança das instituições, o reforço das carreiras e o seu rejuvenescimento e há necessidade de financiamento.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) questionou o facto de na 1.ª fase do acesso ao ensino superior só poderem concorrer os alunos que fizeram os exames do Secundário na 1.ª fase, mesmo que se trate de exames feitos nos anos anteriores e perguntou se ia haver

alterações neste regime. Perguntou também qual era a expectativa para o *timing* atrasado da concessão de bolsas e que alterações se previam para o futuro. Em relação ao Programa Retomar, perguntou onde estava o novo Programa. Questionou depois se os empréstimos bancários aos estudantes estavam suspensos. A terminar, perguntou se haverá alterações em relação aos alunos com necessidades educativas especiais, na sequência do relatório do Governo.

O Senhor Ministro informou que a Comissão de Acesso ao Ensino Superior deu resposta negativa à hipótese de utilização dos resultados dos exames da 2.ª fase para a 1.ª fase de candidatura ao ensino superior, pelo que não se prevê alteração ao regime atual. Indicou depois que o n.º de vagas seria indicado nesse dia e havia mais vagas para as áreas de física e digital. Argumentou que o número de bolsas de estudo aumentou este ano e o processo foi simplificado, prevendo-se que em agosto já haja estudantes com bolsas atribuídas. Realçou ainda que houve também um aumento do número de bolsas atribuídas no âmbito do Programa Retomar.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) perguntou que medidas iria tomar para garantir a aplicação do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, quais as hipóteses para os investigadores que concluem o doutoramento, que medidas seriam adotadas no âmbito da redução da precariedade no ensino superior e na sequência dos pedidos de informação que a Provedoria de Justiça dirigiu à Universidade de Coimbra.

O Senhor Ministro referiu que o regime dos leitores e professores convidados, criado para funções temporárias, é bom (embora o primeiro não seja simples) e deve ser devidamente usado, tendo informado que a IGEC vai fazer uma inspeção de rotina sobre esta matéria. Concretizou ainda que há cerca de 150 leitores a nível nacional, essencialmente na área das Letras. A terminar, informou que o seu gabinete pediu informações ao Sindicato sobre a situação referente à Universidade de Coimbra.

Seguiu-se uma segunda ronda de perguntas, tendo sido dada a palavra à Senhora Deputada Elza Pais (PS), que salientou que é através da qualificação que o país se desenvolve, saudando o Senhor Ministro em virtude do aumento do número de alunos inscritos no ensino superior. Depois, questionou sobre o alargamento da base social de apoio ao Ensino Superior, sobre a integração de refugiados no ensino superior, e de que forma considera possível contribuir para a internacionalização da ciência portuguesa.

O Senhor Ministro respondeu afirmando a existência de um relatório e da intenção de legislar, em conformidade, a questão a isenção de propinas. Mencionou que a possibilidade e abertura da base social estará ligada ao facto de grande parte das desistências ao nível do ensino superior estar relacionado com a existência do ensino profissional. Considera, assim, ser necessário estabelecer uma relação de proximidade entre as escolas do ensino profissional e o Ensino Politécnico. Já quanto à questão da internacionalização da ciência, respondeu informando de

que estará a ser posta em prática uma estratégia de desenvolvimento da ciência com base na diversificação e inclusão.

A Senhora Deputada Margarida Mano (PSD) voltou a insistir na necessidade de ser assegurado o papel de fiscalização desempenhada pela Assembleia da República, e nessa medida voltou a solicitar o relatório de execução relativo ao não anterior. Sublinhou, depois, que as preocupações do seu Grupo Parlamentar fazem todo o sentido, nomeadamente porque a despesa do ensino superior reduziu, o que é contrário à promessa de um maior investimento. Afirmou, também, que apesar desta redução de despesa, as Instituições só puderam cumprir com os seus planos porque recorreram aos seus saldos de gerência, questionando o Senhor Ministro quanto à posição do Ministério nesta matéria.

O Senhor Ministro referiu partilhar da ideia da necessidade de divulgação dos dados, e que quando é definida a conta de gerência, esta informação é divulgada por todos. Referiu que, de facto existiram alterações, nomeadamente no que respeita à formação avançada para os doutoramentos. Sublinhou, depois, que hoje Portugal está fora de um mecanismo de *deficit* excessivo, porque todas as áreas contribuíram. Quando ao financiamento para o ensino superior, expôs que o mesmo não foi suficiente, e por tal motivo estão já a trabalhar para o de 2018. Referiu que, deverá ser notado que o orçamento contabiliza já os aumentos salariais entretanto ocorridos.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) começou por afirmar que o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior tem de tomar posições quanto a determinadas matérias. No que respeita à Universidade de Coimbra, esta ainda não é uma Fundação, e o que se está a discutir é o facto do Reitor da Universidade pôr em causa as conclusões que saíram da Assembleia da República, interpretando o diploma em sentido diverso. Considera que isto é um problema, e que recai sobre o Ministro a tutela desta área, pelo que não pode ter, aqui, uma posição de comentador político. Questionou, depois, se no âmbito do combate à precariedade, nomeadamente no PREVPAP, o Senhor Ministro iria dar indicações às Instituições no sentido de reportarem junto dos órgãos governativos os casos de precariedade que se enquadrem no âmbito daquele programa.

O Senhor Ministro sublinhou que a sua função é promover a ciência e o ensino superior. Os reitores têm de se reger pelo quadro legal existente, ou seja, o Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, não tendo visto nenhum ação de nenhuma Universidade contra este quadro legal. Referiu, ainda, que o Presidente da República veio retomar a posição de que era necessário responsabilizar as Universidades, e que o objeto do diploma é o reforço do quadro do pessoal do Ensino Superior. Terminou, referindo que a ação do Ministério é o reforço das condições de financiamento e do quadro legal.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) questionou o Ministro sobre qual o seu espaço de ação, uma vez que questionado sobre o Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, o Ministro

remete para a autonomia das Instituições do Ensino Superior, e questionado sobre a FCT, remete a resposta para esta. Dirigiu, depois, as suas questões para o Projeto de Regulamento de Avaliação e Financiamento de Unidades (PRAFU), questionando se o concurso em curso era apenas para unidades de investigação ou também para os laboratórios associados. Expôs que o Presidente do Conselho Diretivo da FCT referiu que os laboratórios associados iriam ser objeto de avaliação como unidades de investigação. Assim, questiona qual o financiamento global dos laboratórios associados para o ano de 2016, e qual o financiamento para o novo concurso, e se a classificação como laboratório associado é vitalícia. Por fim, questionou o Senhor Ministro sobre o motivo que terá levado a que o Sindicato Nacional do Ensino Superior tivesse ficado de fora do PREVPAP.

O Senhor Ministro respondeu, referindo que o seu papel é mobilizar os vários atores, não podendo passar por cima dos cargos políticos. Congratulou o facto de dispormos de uma FCT forte e credível, bem como a existência do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, que se ficou a dever ao atual Governo, bem como à ação política do Ministro. Referiu, depois, que a avaliação que se encontra em curso é para todas as unidades de investigação, sendo certo que a atribuição da qualificação de laboratório associado é diferente desta avaliação. Os laboratórios associados atuais firmaram contratos em 2012, contratos estes que terminam em 2018. Mencionou, ainda, que desde que tomou posse que não teve conhecimento de nenhuma proposta para adquirir o estatuto de laboratório associado.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP), considerando que foi referido que iria existir um reforço da ação de fiscalização e inspeção, questionou se o Governo iria promover então a contratação de inspetores. Já quanto ao abandono do Ensino Superior, referiu que temos cerca de 5000 alunos a desistirem, pelo que considera urgente que se reflita sobre esta realidade. Tal como há que atender ao facto de que muita gente não se inscreve no ensino superior, por falta de condição económica, sendo certo que já se conhece a posição do Grupo Parlamentar do PCP quanto às propinas no ensino superior. Referiu ter sido debatido uma iniciativa sobre o Apoio Social ao nível do Ensino Superior, questionando quais as medidas que o Ministério irá adotar nesta matéria, nomeadamente o aumento do número de alunos abrangidos pelas bolsas e o aumento das próprias bolsas da ação social.

O Senhor Ministro respondeu que a tendência que os números mostram é positiva, o combate ao acesso ao ensino superior é um debate sério e é um fenómeno universal, sobretudo pela pressão do mercado de trabalho, mas também questões associadas às condições socioculturais das famílias. E daí que aumentem o número de bolsas, mas também lançaram uma nova contratação para atrair os estudantes ao seu processo estudantil, retirando qualquer dúvida sobre a atribuição de bolsa. Expôs que este processo de contratualização de bolsas já dispõem de cerca de 5000 estudantes candidatos, centralizando-se as bolsas durante 3 anos, considera que se está a contribuir para uma maior estabilidade e melhoria dos resultados escolares.

Chegados à terceira ronda, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Álvaro Batista (PSD) que se debruçou sobre a questão do financiamento do ensino superior, e o orçamento dos institutos politécnicos, concretamente do Instituto Politécnico de Castelo Branco, e da Universidade da Beira Interior.

A Senhora Deputada Susana Amador (PS) para expor que as políticas deste Ministério têm sido positivas, focando as suas questões no âmbito das competências digitais e do Programa 2030, questionando, ainda, sobre o cruzamento das prioridades destes programa com as prioridades do ensino superior e da ciência.

A Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD) reiterou a necessidade de reforço financeiro do ensino superior, questionando se o Ministério ponderava este mesmo reforço. Questionou, depois, qual a posição do Ministério quanto à interpretação da norma transitória do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto. Terminou, questionando quanto ao registo único para estudantes estrangeiros.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) questionou, também, se poderia considerar-se que existe um compromisso por parte do Ministério para o reforço das condições de financiamento, e referindo que ele poderá ser efetuado para o Orçamento de Estado de 2018. Referiu que o seu Grupo Parlamentar vê com bons olhos as alterações feitas ao nível das bolsas, mas que considera, ainda, necessário um reforço das próprias bolsas. Tal como considera necessário o reforço da dotação das Instituições de Ensino Superior. Terminou, apelando à importância de se terminar esta sessão legislativa com o compromisso de uma maior dotação orçamental.

A Senhora Deputada Germana Rocha (PSD) reportou-se à questão do atraso no pagamento das bolsas de mérito, atraso este da inteira responsabilidade deste Governo. Questionou, ainda, se o Governo iria proceder à revisão do despacho de atribuição de bolsas, alargando-os aos Cursos Técnicos Superiores Profissionais, instando o Senhor Ministro a tal revisão, sob pena de perpetuação de uma situação de discriminação.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) reiterou a pergunta já colocada em abril de qual a fórmula de cálculo do valor da propina, e se o Ministério estava, ou não, disponível para rever esta fórmula. Questionou, ainda, o facto de se vir a verificar um estrangulamento dos alunos de medicina que, apesar de entrarem para o curso e de o frequentarem com a devida aprovação, acabam por ficar de fora da especialidade, e se o Governo dispunha de alguma informação.

O Senhor Ministro começou por referir que foi exposta uma questão salutar, considerando o combate à precariedade, e tratando-se de uma ação política que se pretende desenvolver nesta legislativa. Mencionou que o PREVPAP é claramente focado para os não docentes e técnicos de laboratório e que, no final do processo, receberam cerca de 5000 candidaturas que estão a avaliar. Salientam que, o SNESUP não foi incluído por força do quadro legal definido para o PREVPAP. Informou, ainda, que os Serviços do Ministério alertaram todas as Instituições para

garantir que todas as candidaturas estão bem preenchidas, bem como se não havia pessoas nestas situações. Referiu que este processo é complementado pelo Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, bem como pelo regime transitório definido no Decreto-Lei n.º 45/2016, de 17 de agosto. Expôs que, até ao final de março eram integrados pelo regime do último dos mencionados diplomas 255 docentes. Com as alterações resultantes do processo de apreciação parlamentar, irão ser considerados 401 docentes, considerando que existe uma efetiva alteração do quadro do Ensino Superior Politécnico. Por referência a este tema, concluiu que gradualmente estão a cumprir o plano de combate sério e efetivo à precariedade, nos vários níveis que atinge o Ensino Superior e a atividade científica. Quanto ao financiamento, referiu que quando assumiu funções disse que seria avaliado pela capacidade de atrair investimento e financiamento, sendo certo que as condições atuais não foram as melhores. Não obstante, foi aberto um financiamento para a capacitação do emprego científico. Salientou ter sido pedido, na data desta audição, uma avaliação à OCDE onde foi colocada como principal questão o financiamento, com vista a tentar arranjar soluções concretas. Já no que respeita à simplificação administrativa, referiu terem um processo claramente cumprimento do registo único dos graus estrangeiros, estimando que até ao início do ano letivo este processo estará pronto. Referiu, depois, que é mais que óbvia a prioridade do reforço da bolsa de mérito, salientando que esta questão não deve ser partidária, e tratando-se de algo que está particularmente atrasado, mas que pretendem, no prazo desta legislatura, recuperar.

Dada a palavra ao Senhor Deputado Duarte Marques (PSD) o mesmo insistiu na disponibilização do gráfico exibido na audição anterior, relativa ao estado atual da FCT. Quanto às bolsas de mérito, afirmou que o pagamento das mesmas se encontra atrasado desde que o Senhor Ministro era Secretário de Estado. Referiu, depois, que o Governo iria criar uma tabela de taxas que uniformizasse o tratamento destas pelas diversas instituições. Mas a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares terá afirmado que nada irá ser feito. Já no que respeita ao atraso no pagamento das bolsas de ação social, questionou se o Ministro propôs a renovação automática destas, e se se compromete com alguma data para este pagamento. Por fim, e no que respeita à alegada fraude no exame da língua portuguesa, exame de acesso ao Ensino Superior, considerando que o Ministro da Educação nada fez, questionou se o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior não poderia fazer nada, do ponto de vista do acesso.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) abordou o Estatuto do Bolseiro a interpretação livre que as Instituições fazem das bolsas de investigação, sendo feita, na opinião do seu Grupo Parlamentar, uma utilização abusiva destas bolsas. Por outro lado, evidenciou os atrasos no pagamento das bolsas, situação esta que não pode continuar a ocorrer. Referiu, ainda, que este tipo de situação não pode continuar a ocorrer, devendo ser garantido que não existe aqui qualquer margem, sendo forçoso garantir que esta situação não volta a ocorrer.

A Senhora Deputada Laura Magalhães (PSD) focou as suas questões à temática do abandono escolar, reportando-se ao conjunto de medidas aprovadas para o efeito por um Grupo de Trabalho desta Comissão. Contudo, será entendimento do Governo que quem abandone os

estudos só tem direito a apoios do Estado se mudar para outra região. Acresce que, só na passada sexta-feira foi dada ordem de pagamento das bolsas em atraso, ou seja, só após se demonstrar decorrido todo um ano letivo.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) referiu que esta Comissão de Educação e Ciência tem desenvolvido duas linhas de trabalho, o que tem permitido a convergência dos vários Grupos Parlamentares, nomeadamente no combate ao abandono escolar e no que respeita às necessidades educativas especiais no Ensino Superior. Referiu, depois, existir um Grupo de Trabalho de âmbito governamental que estará a desenvolver um trabalho próprio, questionando se existem desenvolvimentos nesta matéria. Ao nível do emprego científico e da precariedade no Ensino Superior Politécnico e na Ciência, expôs existir uma corresponsabilização das Instituições neste processo, tendo sido criado, neste âmbito, o mecanismo do contrato de legislatura. Considera, ainda, que é importante que a autonomia das Instituições não sejam um escudo para a sua tomada de posição, salientando existir um *stress* institucional na aplicação dos diplomas que estão em cima da mesa. Por fim, afirmou que o Grupo Parlamentar do PS gostaria que fosse assumido tratar-se de uma responsabilidade partilhada.

A Senhora Deputada Margarida Mano (PSD) congratulou a abertura de concursos, contudo, salientou que os termos destes são diferentes dos dos concursos de 2015, nomeadamente porque deixa de haver a possibilidade de prorrogação do projeto por mais 12 meses, questionando qual a justificação para tanto. Reportou-se, depois, há diminuição das dotações orçamentais para o efeito.

O Senhor Ministro referiu que a atividade científica tem as mais variadas fontes de financiamento. Salientou que depois de um diálogo muito grande, foi definido que iria ser dada maior importância à contratação de investigadores científicos. Pretende-se, assim, recompor a situação, informando ter sido já duplicado o número de bolsas. Referiu, depois, que a política científica está hoje focada no contexto europeu. Expôs, ainda, que o financiamento nacional deve ser complementado com o financiamento europeu, com vista a alavancar as oportunidades e os problemas aqui ditos quanto à precariedade. Reforçou que a prioridade é reforçar o orçamento, mas também garantir que aqueles que já estão no sistema têm oportunidade de aumentar. Já no que respeita ao PREVPAP, a orientação é para os não docentes, o que não significa que não se aplique aos docentes, mas foca-se nos não docentes e nos técnicos de laboratórios. Quanto às condições específicas de apoio aos bolseiros, referiu que o apoio e o reforço do programa “+ Superior” não é uma ambição mas uma realidade, tendo hoje, em termos ativos, mais do dobro das bolsas que tinha. Referiu, ainda, que o processo retomar foi incluído no Programa “+ Superior”. Assim, concluiu considerar que hoje temos uma situação de tranquilidade e de desenvolvimento sustentável. Terminou, reportando-se ao contexto internacional e referindo que Portugal tem reforçado a sua inclusão na Europa, mas também o reforço no Mediterrânico e ainda no Atlântico.

A audiência foi gravada em registo [vídeo](#), constituindo parte integrante desta ata, o que por isso dispensa a realização de maiores desenvolvimentos nesta sede, estando disponível para consulta na [página da Comissão](#).

6. [Projeto de Lei n.º 486/XIII/2.ª \(PEV\)](#) - Desmaterialização de manuais e de outros materiais escolares

O Senhor Presidente informou que o Grupo Parlamentar do PEV deu a sua concordância à redação final constante da informação n.º 180/DAPLEN/2017, por *mail* de 14 de julho. Levada a votação a redação final, foi a mesma aprovada sem votos contra.

7. Texto de substituição das iniciativas relativas ao Abandono Escolar

- [Projeto de Resolução n.º 602/XIII/2.ª \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo o combate ao abandono escolar no ensino superior;
- [Projeto de Resolução n.º 696/XIII/2.ª \(PCP\)](#) – Recomenda ao Governo a adoção de medidas para combater o abandono escolar no Ensino Superior;
- [Projeto de Resolução n.º 698/XIII/2.ª \(CDS-PP\)](#) – Recomenda ao Governo que promova medidas de combate ao abandono escolar no Ensino Superior;
- [Projeto de Resolução n.º 699/XIII/2.ª \(PS\)](#) - Recomenda ao Governo um estudo sobre insucesso e abandono no ensino superior, para melhor definição de políticas de combate a esses fenómenos;
- [Projeto de Resolução n.º 707/XIII/2ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo o reforço das medidas de apoio aos estudantes do ensino superior, como forma de combate ao abandono escolar;
- [Projeto de Resolução n.º 709/XIII/2ª \(BE\)](#) – Medidas para o aprofundamento de mecanismos de ação social e de combate ao abandono escolar no ensino superior.

O Senhor Presidente levou a votação a redação final do texto de substituição das iniciativas relativas ao Abandono Escolar, nos termos da informação n.º 184/DAPLEN/2017, tendo a mesma sido aprovada sem votos contra.

8. Relatório de atividades do Grupo de Trabalho da Educação Especial referente à 2.ª Sessão Legislativa

O Senhor Presidente informou que foi distribuído o Relatório de Atividades do Grupo de Trabalho da Educação Especial referente à 2.ª Sessão Legislativa, tendo sido dada a palavra à Senhora Deputada Manuela Tender (PSD) sua coordenadora, para o expor. Dada a palavra a esta, a mesma informou a Comissão das atividades desenvolvidas por aquele Grupo. Levado a votação o referido Relatório, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

9. Relatórios do Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens referente à 2.ª Sessão Legislativa

O Senhor Presidente informou que foram distribuídos os Relatórios do Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens referente à 2.ª Sessão Legislativa, bem como aquele Grupo informou como temas possíveis para edição do Parlamento dos Jovens de 2017/18, os seguintes:

Ensino Básico:

- Tema escolhido pelos jovens: igualdade de género; **ou**
- Tema proposto por entidade externa: O mar e a literacia dos oceanos.

Ensino Secundário:

- Tema escolhido pelos jovens: a Eutanásia; **ou**
- Tema proposto por entidade externa: O empreendedorismo, empresas e associativismo empresarial.

De seguida, deu a palavra ao Senhor Deputado Pedro Pimpão (PSD), coordenador daquele Grupo de Trabalho, que começou por enaltecer todo o trabalho desenvolvido pelos serviços da Assembleia da República, mas também dos Senhores Deputados e das Senhoras Deputadas que participam na dinamização do mesmo.

Depois, expôs o referido relatório, e terminou esclarecendo que a par dos temas escolhidos pelos jovens, ou seja, os temas mais votados por estes para a próxima edição, o Grupo de Trabalho decidiu propor, também, dois temas propostos por entidades externas, a saber, a Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental e a Confederação da Indústria Portuguesa.

Após debate, em que intervieram os Senhores Deputados Porfírio Silva (PS), Luís Monteiro (BE), Pedro Pimpão (PSD) e as Senhoras Deputadas Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP), foi levada a votação a proposta do Grupo Parlamentar do PS de se adotar, para a próxima edição, o mesmo tema para o Ensino Básico e Ensino Secundário, sugerindo um dos temas mais votados por aqueles alunos “A Igualdade de Género”.

Levada a votação a referida proposta, bem como o Relatório de Atividades apresentado, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

10. [Projeto de Resolução n.º 68/XIII/1.ª \(BE\)](#) - Uniformização da aplicação do regime especial de aposentação para educadores de infância e professores do 1º ciclo do ensino básico do ensino público em regime de monodocência que concluíram o magistério primário e de educação de infância em 1975 e 1976

O Senhor Presidente informou que os serviços da DAPLEN remeteram uma proposta de redação final para o Projeto de Resolução n.º 68/XIII/1.ª (BE), tendo levado a mesma a votação, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República. A redação

final foi assim aprovada por unanimidade dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

11. Data da próxima reunião

A ponderar

A reunião foi encerrada às 18 horas 50 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de julho de 2017

A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 12 de setembro de 2017.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Amadeu Soares Albergaria
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
André Pinotes Batista
Diogo Leão
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Lúcia Araújo Silva
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Nilza de Sena
Odete João
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Susana Amador
Álvaro Batista
Ana Virgínia Pereira
Cristóvão Crespo
Duarte Marques
Elza Pais
José Cesário
Margarida Balseiro Lopes
Palmira Maciel

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Emília Santos